

EDUCAÇÃO DE CRIANÇAS EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE SOCIAL EM CONTEXTO DE PANDEMIA DA COVID-19

MYLENA SIQUEIRA TORRES SILVA¹.

RESUMO

Este presente artigo é referente ao trabalho de conclusão de curso de licenciatura em pedagogia, que foi realizado através de uma pesquisa feita com profissionais da educação no município de Caruaru-PE para entender como se deu a educação de crianças em situação de vulnerabilidade social no contexto da pandemia. Foram realizadas entrevistas com 4 profissionais da educação buscando responder a seguinte questão: quais os principais problemas que impactaram a educação de crianças em situação de vulnerabilidade social? Tendo como objetivo geral: Compreender os principais problemas que atingem a educação de crianças em situação de vulnerabilidade social e os impactos causados pela pandemia do COVID-19; elencando como objetivos específicos: a. Indicar as ações adotadas para contemplar as crianças em vulnerabilidade social em meio ao contexto da pandemia. b. Identificar os problemas enfrentados pelas crianças em situação de vulnerabilidade social; c. Compreender os impactos causados pela pandemia do COVID-19 na educação. Dialogando com alguns autores como: WINTER; MENEGOTTO; e ZUCCHETTI (2019), GAITI (2020); SIERRA; MESQUITA (2006) entre outros. A metodologia utilizada foi pesquisa qualitativa, a técnica de coleta de dados predominante foi a entrevista e a análise dos dados se deu através da análise de conteúdo de BARDIN (2004). Como resultado da pesquisa identificamos a ampliação da vulnerabilidade social dos estudantes, condições precárias de trabalho para os docentes, desarticulação das políticas públicas municipais e exclusão digital.

Palavras-chaves: Educação. Crianças. Vulnerabilidade social. Pandemia.

1. INTRODUÇÃO

No ano de 2020 tivemos a chegada do coronavírus no Brasil e com ela uma pandemia que causou o isolamento social no mundo inteiro orientado pela Organização Mundial da Saúde (OMS) como medida de segurança para amenizar/evitar o contágio das pessoas. Foram necessários os fechamentos dos comércios, dos restaurantes, templos religiosos, e entre esses vários espaços sociais as escolas. Somos contemporâneos da maior tragédia humanitária do início do século XXI, palavras como distanciamento social, lockdown, máscaras, passaram a fazer parte da vida da humanidade em todos os continentes simultaneamente. A vida humana sobre o planeta terra vivenciou uma real possibilidade de extinção. Essa possibilidade exigiu

¹ Estudante do Curso de Licenciatura em Pedagogia pela Universidade Federal de Pernambuco - CAA. Trabalho de Conclusão de Curso, sob a orientação da Profa. Dra. Ana Maria de Barros.

medidas sanitárias rígidas e por dois anos o ritmo de vida sofreu importantes modificações. A escola local de aprendizados e socializações, essenciais ao desenvolvimento cognitivo de crianças e adolescentes foi substituída pelo trabalho remoto, pelo home office. De acordo com Hannah Arendt (1994) em seu estudo sobre a crise da Educação, um texto atemporal, reflete ser a escola um espaço para a natalidade, onde a criança nasce para o mundo público, para receber toda tradição, todo patrimônio construído pela humanidade para que receba e ressignifique de acordo com o seu tempo, mas para isso é necessário que as condições básicas para que esse processo ocorra sejam garantidos. A criança e o adolescente vivenciar essa exigências dentro de uma pandemia, sem a possibilidade de vivenciar o mundo público se tornou quase impossível, em particular para as crianças das escolas públicas.

Para o enfrentamento da Pandemia uma das exigências foi o fechamento das escolas, foi necessário elaborar metodologias para o ensino remoto para que as crianças continuassem tendo acesso à educação. Deste modo, o Ministério da Educação (MEC), as secretarias de educação estaduais e municipais, bem como as escolas e todos aqueles que a compõe, precisaram se reinventar utilizando as plataformas digitais como forma de comunicação com as famílias e com os estudantes, para que eles tivessem acesso às atividades e aulas.

A orientação para creche e pré-escola é que os gestores busquem uma aproximação virtual dos professores com as famílias, de modo a estreitar vínculos e fazer sugestões de atividades às crianças e aos pais e responsáveis. As soluções propostas pelas escolas e redes de ensino devem considerar que as (BRASIL, 2020).

Sabemos que essa realidade requer estudos aprofundados e teremos muito a compreender ao final dessa experiência. Entretanto, esta pesquisa busca fazer um recorte dentro dos aspectos educacionais para entender como se deu a educação das crianças em situação de vulnerabilidade social, visto que muitas famílias não têm acesso a internet, as tecnologias digitais, ou quando esse acesso existe ele não é fácil e existem diversos fatores que podem inviabilizá-lo.

Sugere-se que as redes de ensino e escolas orientem as famílias com roteiros práticos e estruturados para acompanharem a resolução de atividades pelas crianças. No entanto, as soluções propostas pelas redes não devem pressupor que os “mediadores familiares” substituam a atividade do professor. As atividades não presenciais propostas devem delimitar o papel dos adultos que convivem com os alunos em casa e orientá-los a organizar uma rotina diária. (BRASIL, 2020)

O contexto narrado acima nos insere no foco desta pesquisa que é a educação das crianças em vulnerabilidade social das escolas públicas na cidade de Caruaru-PE, sobretudo

nas séries iniciais do ensino fundamental, buscando entender o contexto dos(as) professores(as), bem como dos estudantes para que seja possível identificar as dificuldades dos estudantes e professores(as) e também analisar as ações adotadas pela escola para garantir o acesso dessas crianças a educação durante esse contexto pandêmico, tendo como problemática: Levando em consideração o contexto da pandemia da COVID-19. Dessa forma partimos da seguinte problematização: Quais foram os principais problemas que impactaram a educação de crianças em situação de vulnerabilidade social no Município de Caruaru? Para responder a esta reflexão, construímos os seguintes objetivos. Tendo como **objetivo geral**: Compreender os principais problemas que atingem a educação de crianças em situação de vulnerabilidade social e os impactos causados pela pandemia do COVID-19; elencamos como objetivos específicos:

- a. Indicar as ações adotadas para contemplar as crianças em vulnerabilidade social em meio ao contexto da pandemia;
- b. Identificar os problemas enfrentados pelas crianças em situação de vulnerabilidade social;
- c. Compreender os impactos causados pela pandemia do COVID-19 na educação.

2. JUSTIFICATIVA

A pandemia causada pelo COVID-19 que se iniciou no ano de 2020 afetou diretamente todos os segmentos sociais e os sujeitos que neles estão inseridos. A Educação, sobretudo a Educação Pública, foi bastante afetada durante esse período de isolamento social em que vivemos. Essa realidade impactou muitas crianças e suas famílias, em especial aquelas que se encontram em situação de vulnerabilidade social. Sabemos que a realidade dessas crianças é difícil, no qual muitas delas têm na escola algo que vai além da educação, além disso, as escolas estavam/estão utilizando de aulas remotas através das plataformas digitais para que as crianças continuem tendo acesso à educação.

Diante desse novo contexto educacional, é necessário que voltemos nossa percepção para essas crianças que vivem em vulnerabilidade social, pois além das dificuldades por elas enfrentadas para frequentar a escola de forma presencial, agora existem as dificuldades de manter o vínculo com a escola, ter acesso à educação por meio das plataformas que viabilizam o ensino remoto, no entanto, essas famílias e crianças vulneráveis socialmente sofrem ainda

mais com a falta de recursos e mantimentos durante este período pandêmico. Este trabalho de pesquisa busca analisar como essas crianças têm acesso à educação em meio às dificuldades encontradas socialmente e qual as ações que a escola tem feito para que não haja a evasão dessas crianças.

A emergência sanitária provocada pela Coronavírus Disease 2019 (COVID-19), caracterizada como pandemia pela OMS, no início de 2020, trouxe como uma das principais medidas de contenção da disseminação da doença o distanciamento social entre as pessoas. Nesse sentido, escolas foram fechadas trazendo impacto psicossocial para a saúde de crianças e adolescentes. A escola ocupa um lugar na vida de crianças e adolescentes para além do educacional, em especial, para aqueles em vulnerabilidade social. Essa população tem suas necessidades nutricionais e protetivas nesse espaço, ainda considerando que a principal instituição identificadora de situações de violências é a escola (OLIVEIRA; SOUZA; SABINO; VICENTE; CARLOS; 2022, p.3)

Crianças e adolescentes são sujeitos de direitos e a violação dos seus direitos à educação é uma violação grave, na medida que há o reconhecimento de sua vulnerabilidade em documentos nacionais importantes a exemplo do Estatuto da Criança e do Adolescente e também no Estatuto da Juventude. Assim, a pandemia não pode ser desculpa para a manutenção de violações do Direito à Educação de Crianças e Adolescentes, comprometendo seus direitos fundamentais e acesso à cidadania. Esse reconhecimento vem também através das legislações específicas durante e pós-pandemia

As questões tratadas na legislação permitem compreender o papel da educação na rede de garantia de direitos de estudantes e educadores, a Resolução CNE/CP de 02 de agosto de 2021 que instituiu as **Diretrizes Nacionais Orientadoras Para a Implementação de Medidas no Retorno a Presencialidade das Atividades de Ensino e Aprendizagem e Para a Regularização do Calendário Escolar** estabelece pontos importantes para o processo de retomada em seu **Capítulo 1:**

Art. 3º No retorno às atividades presenciais, os sistemas de ensino, as Secretarias de Educação e as instituições escolares devem oferecer ações de acolhimento aos profissionais de educação, aos estudantes e respectivas famílias.

§ 1º No processo de retorno às atividades presenciais, as redes e instituições escolares deverão promover a formação continuada dos professores, visando prepará-los para o enfrentamento dos desafios impostos durante o retorno.

§ 2º As atividades de acolhimento devem envolver a promoção de diálogos com trocas de experiências sobre o período vivido, considerando as diferentes percepções das diferentes faixas etárias, bem como a

organização de apoio pedagógico, de diferentes atividades físicas e de ações de educação alimentar e nutricional, entre outras.

§ 3º A formação continuada dos professores deve incluir a preparação para a implementação dos protocolos de biossegurança, bem como estratégias e metodologias ativas não presenciais e à implementação de recursos tecnológicos, com ambientes virtuais de aprendizagem e outras tecnologias apropriadas para desenvolvimento do currículo. (BRASIL; 2021)

Nesse sentido, na condição de estudante de Pedagogia reconheço a relevância da importância do tema escolhido. Os problemas serão duradouros e todos nós devemos estar preparados para agir, independente do papel que estejamos exercendo no ambiente escolar: seja na gestão, no apoio pedagógico, no ensino ou na sociedade civil organizada. Ampliar este debate através da pesquisa científica é lançar luzes sobre a necessidade de escutar as pessoas envolvidas neste cotidiano complexo e compreender que as soluções necessitam ser construídas nesse processo de diálogo coletivo.

3. CONTEXTUALIZAÇÕES NECESSÁRIAS

Para que possamos compreender o que norteia esta pesquisa, é necessário que sejam feitas algumas contextualizações sobre o que iremos abordar. Em nossa sociedade, existem crianças e adolescentes que se encontram em uma situação de vulnerabilidade social e isso é um dos principais fatores que dificultam que esses sujeitos tenham acesso à educação.

A Constituição Federal estabelece que a “família é a base da sociedade” (Art. 226) e que, portanto, compete a ela, juntamente com o Estado, a sociedade em geral e as comunidades, “assegurar à criança e ao adolescente o exercício de seus direitos fundamentais” (Art. 227). Neste último artigo, também especifica os direitos fundamentais especiais da criança e do adolescente, ampliando e aprofundando aqueles reconhecidos e garantidos para os cidadãos adultos no seu artigo 5º. Dentre estes direitos fundamentais da cidadania está o direito à convivência familiar e comunitária. (BRASIL; 2004, p.20)

Compreendendo a importância da garantia desses direitos fundamentais, dentro desse período pandêmico, as escolas precisaram se reinventar e buscar novas formas de alcançar seus estudantes durante o isolamento social. Sabendo disso, foi necessário que os professores adaptassem toda a sua abordagem dos conteúdos para que chegassem aos seus estudantes, e sobretudo, foi necessário que as vulnerabilidades dessas crianças fossem mapeadas para que o seu acesso à educação não fosse impedido. Dessa forma é necessário que entendamos quais as

situações de vulnerabilidades sociais podemos encontrar dentro das escolas e as mudanças que ocorreram dentro das políticas educacionais durante a pandemia. Daí a importância de escutar os profissionais da área ou que dialogam com a área de educação básica neste período para que possamos compreender em que medida estes direitos foram e continuam a ser garantidos no ambiente escolar.

3.1 IDENTIFICANDO AS SITUAÇÕES DE VULNERABILIDADES SOCIAIS DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES

Durante muito tempo, crianças e adolescentes foram enxergados como seres não ativos na sociedade, visto como alguém que não tinha espaço e nem voz, isso fez com que muitas vezes ao relatar algum tipo de situação a qual estavam vivenciando era tido como “coisas da imaginação” ou que a criança “não sabe/entende o que está dizendo”, e por conta disso ela tornava-se um ser, em dados momentos, invisível para a sociedade. Mas, esta forma como as crianças vêm sendo vistas e tratadas pela sociedade têm mudado com o passar dos anos, através das lutas dos movimentos sociais e dos direitos humanos foram-se conquistados os direitos das crianças e adolescentes por lei, ao qual garante que esses sujeitos tenham voz ativa.

De acordo com essa doutrina jurídica, a criança e o adolescente são considerados “sujeitos de direitos”. A palavra “sujeito” traduz a concepção da criança e do adolescente como indivíduos autônomos e íntegros, dotados de personalidade e vontade próprias que, na sua relação com o adulto, não podem ser tratados como seres passivos, subalternos ou meros “objetos”, devendo participar das decisões que lhes dizem respeito, sendo ouvidos e considerados em conformidade com suas capacidades e grau de desenvolvimento. (BRASIL. 2004, p.25)

Assim, não só os pais/responsáveis por esses sujeitos, mas a sociedade de modo geral, tem um grande papel na vida dessas pessoas, tem um papel fundamental na garantia dos direitos e proteção das crianças e adolescentes, o que requer que tenhamos uma atenção aos pequenos detalhes no convívio com elas e também ao que estão querendo nos mostrar através da comunicação, é importante se atentar aos sinais das vivências sociais para identificar os contextos nos quais essas crianças estão inseridas e quando essa realidade pode se tratar de uma vulnerabilidade.

Na nossa sociedade podemos identificar algumas situações tidas como vulnerabilidades sociais que atingem vários sujeitos, dentre eles destacamos crianças e

adolescentes. Essas situações podem estar presentes em contexto diversos, como por exemplo, familiar, social, de saúde, educação e entre outros. Ou seja, como as autoras WINTER; MENEGOTTO; e ZUCCHETTI (2019) trazem em seu texto: *Vulnerabilidade Social e Educação: uma reflexão na respectiva importância da intersetorialidade*:

De acordo com a Política Nacional de Assistência Social – PNAS (BRASIL, 2005), a vulnerabilidade vai além da precariedade no acesso à renda. Também está atrelada a fragilidades de vínculos afetivos relacionais e a desigualdades de acesso a bens e serviços. Associada à desigualdade social e à perversa concentração de renda, indo além das privações e diferenciais de acesso a bens e serviços, revela-se numa dimensão mais complexa que é da exclusão social. (P. 168 e 169).

As situações de vulnerabilidade social vão além de fatores financeiros, elas estão ligadas aos relacionamentos que as crianças estão expostas, ao ciclo social a qual estão inseridas e a diversos fatores sociais que além deixá-las vulneráveis, as coloca à margem da sociedade de forma excludente.

Podemos destacar algumas concepções que são apontadas pelas autoras Sierra; Mesquita (2006), no texto *Vulnerabilidades e Fatores de Risco na Vida de Crianças e Adolescentes*, sobre alguns fatores de vulnerabilidades que podemos encontrar em nossa sociedade, são eles:

Os riscos inerentes à dinâmica familiar: são os problemas relacionados ao alcoolismo, aos conflitos entre casais que fazem da criança a testemunha de ofensas e agressões; enfim, toda forma de violência doméstica, traumas, abusos sexuais, carências afetivas, etc.;

- os riscos relacionados ao lugar de moradia: a precariedade da oferta de instituições e serviços públicos, a disponibilidade dos espaços destinados ao lazer, às relações de vizinhança, a proximidade a localização dos pontos de venda controlados pelo tráfico de drogas;
- os riscos relacionados à forma de repressão policial às atividades do tráfico de drogas e a violência urbana; [...]
- os riscos à saúde: compreende a ausência de um trabalho de prevenção e o acesso ao atendimento médico e hospitalar;
- os riscos do trabalho infantil: muitas são as crianças exploradas até pela própria família, trabalhando na informalidade; [...] (SIERRA; MESQUITA, 2006. P. 152).

Com isso, podemos perceber que as vulnerabilidades podem ser encontradas dentro de várias realidades, como afirmam as autoras de ambos os textos, e essas situações implicam diretamente no quesito educacional, pois afetam de várias formas o desenvolvimento, desempenho e aprendizagem da criança, além disso, afetam também as condições de acesso às instituições de ensino e a educação.

3.2. EDUCAÇÃO E AS NOVAS POLÍTICAS PÚBLICAS EM TEMPOS DE PANDEMIA

Com a pandemia causada pela COVID-19, as políticas educacionais precisaram rever a forma de como alcançar os estudantes para que mesmo sem o acesso físico às escolas eles continuassem tendo acesso à educação. Seguindo as orientações dadas pela Organização Mundial da Saúde (OMS), foi necessário que entrássemos em isolamento social para que ocorresse um distanciamento entre as pessoas para evitar a contaminação e disseminação da COVID-19, o que consequentemente acarretou no fechamento temporário das escolas. Assim, foi preciso pensar em estratégias para que mesmo com as escolas fechadas, os estudantes continuassem o ano letivo. Dessa forma, as escolas adotaram o ensino remoto, algo que foi acordado pelos governos estaduais e municipais, para que as crianças continuassem tendo acesso à educação.

No que diz respeito à educação básica, especificamente ao ensino fundamental 1 que é o objeto de estudo desta pesquisa, as escolas optaram por aulas no formato remoto seja por através das plataformas digitais ou por meio de materiais concretos entregues aos estudantes pelas escolas para que eles pudessem fazer as atividades e depois devolvê-los às escolas. Como diz a autora GAITI (2020):

[...] No específico da educação básica, em função das articulações citadas manteve-se a proposta de educação em forma remota, com variações nas propostas, e com vários percalços. Caminhos variados foram encontrados com a utilização de diversas plataformas educacionais, com utilização da internet, solução que se mostrou, na situação, acessível a muitas redes, escolas e seus estudantes, mas não para todos. [...] (GAITI; 2020. P. 31 e 32).

Percebemos então que foi necessária uma mudança na rotina educacional para que fosse possível conseguir alcançar os estudantes, e junto com esse processo vieram as dificuldades, pois muitos municípios e redes de ensino não estavam preparados e enfrentaram vários desafios. Os professores precisaram adaptar à sua didática, suas aulas, atividades e formas de abordagem para poderem alcançar os seus estudantes, o que faz lembrar do que diz Sarti (2008) acerca das ações dos professores:

Durante o trabalho na escola, os professores se deparam com a problemática da pertinência de suas ações: o que é oportuno que façam a cada momento e qual a melhor maneira de realizar cada atividade.” (p. 52).

Quando à autora fala das pertinências das ações dos professores, vem falar a respeito dos contextos que os mesmos encontram em sala de aula: quem são os estudantes e suas famílias, quais os recursos disponíveis em seu ambiente de trabalho, entre outras coisas. Tudo isso vai ajudar os professores no processo de preparação e elaboração das suas aulas, sejam elas de forma presencial ou remota.

Porém, dentro desse processo de mudanças e adaptações, não podemos esquecer que muitas escolas, em especial as da pública, já tem os seus desafios cotidianos, por exemplo, com a falta de verba, déficit no quadro de funcionários, a falta de materiais didáticos e tecnológico e entre outras dificuldades que fazem parte da realidade delas.

Além dessas dificuldade, é necessário levar em consideração à realidade vivenciada pelos os estudantes, pois quando falamos das escolas da rede municipal existem aqueles que estão em situação de vulnerabilidade social, que não tem acesso à internet, aos aparelhos tecnológicos ou quando tem o acesso é limitado, pois é apenas um aparelho para várias pessoas, crianças as quais membros da família ficaram desempregados e estão passando por dificuldades financeiras, existem também as dificuldades emocionais e sentimentais que nesse período de pandemia houve um aumento.

Assim, tudo isso implica no processo de desenvolvimento e aprendizagem das crianças que se iniciam antes mesmo que elas ingressem dentro do espaço escolar, mesmo a escola sendo o maior espaço de socialização, as suas vivências em família, comunidade, amigos e em qualquer meio social contribuem para o seu desenvolvimento, bem como para o seu desempenho educacional.

A educação é um direito garantido por lei através da Constituição Federal de 1988 e também na Declaração Dos Direitos Humanos onde ela vem dizer no artigo 26º que todos têm direito a educação de forma gratuita e obrigatória, e em conjunto com a DUDH, a Constituição Federal traz em seu artigo 3º que é necessário que se tenha oportunidades de acesso à educação de forma igualitária para todos, como segundo o que dizem WINTER; MENEGOTTO; e ZUCCHETTI (2019):

Analizando a Constituição Federal de 1988, no Art. 3º, Inciso I, a Lei afirma que deve ser oportunizado a igualdade de condições para o acesso e permanência na escola. Nessa mesma perspectiva, o Art. 5º, Inciso 2, apresenta que em todas as esferas administrativas, o Poder Público assegurará em primeiro lugar o acesso ao ensino obrigatório [...] conforme as prioridades constitucionais e legais. (WINTER; MENEGOTTO; ZUCCHETTI, 2019. P. 175 e 176).

Dessa forma, podemos perceber que é dever do Estado através das leis oferecer uma educação de forma acessível e igualitária para todos, como também está previsto no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) no Artigo 53:

Art. 53. A criança e o adolescente têm direito à educação, visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho, assegurando-se-lhes:

- I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;
- II - direito de ser respeitado por seus educadores;
- III - direito de contestar critérios avaliativos, podendo recorrer às instâncias escolares superiores;
- IV - direito de organização e participação em entidades estudantis;
- V - acesso à escola pública e gratuita, próxima de sua residência, garantindo-se vagas no mesmo estabelecimento a irmãos que frequentem a mesma etapa ou ciclo de ensino da educação básica. (BRASIL, 1990)

A educação é um direito garantido por lei para todos os sujeitos, isso quer dizer que as crianças que encontram-se em situação de vulnerabilidade social também precisam ser assistidas e alcançadas pela educação, o que implica diretamente nas políticas educacionais e no papel dos professores.

3.3 A SITUAÇÃO DAS CRIANÇAS E JOVENS QUE VIVEM EM CASAS DE ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL

Dentro desta perspectiva educacional citada na presente pesquisa, precisamos também levar em consideração a educação de crianças e adolescentes que se encontram em casas de acolhimento institucional. Como fora proposto pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) as instituições que fazem esse trabalho de acolhimento e de internações tem como dever proporcionar a educação para essas crianças e adolescentes, ou seja, é dever do Estado garantir o acesso à educação a esses sujeitos seja dentro das instituições de acolhimento ou proporcionando que eles frequentem as escolas.

Mas quem seriam esses sujeitos acolhidos nessas casas? São crianças e adolescentes que têm esse direito a estarem abrigadas em casas de acolhimento são aquelas que foram expostas a situações de vulnerabilidades, por exemplo aquelas que sofreram com violências, abusos, as que por algum motivo as famílias não têm condições de cuidar ou que quando nasceram as mães procuram o poder judiciário com a decisão de que não gostariam/poderiam de cuidar.

Como Fonseca (2017) discute em seu texto intitulado *O impacto do acolhimento institucional na vida de adolescentes* o papel das casas de acolhimento é de caráter provisório:

Esta medida tem caráter provisório e excepcional, visa garantir a menores abandonados, cujos pais e familiares estejam impossibilitados de cumprir suas funções, um lugar de desenvolvimento cognitivo, social e afetivo, até que seja possível o retorno à família de origem ou encaminhamento para família substituta. (FONSECA, 2017. p. 286).

De acordo com o ECA, as crianças e adolescentes tem um tempo máximo de permanência dentro das casas de acolhimento que é de 2 anos, podendo exceder caso ocorra alguma medida judicial que valide essa decisão como diz em seu artigo 19: “§ 2º—A permanência da criança e do adolescente em programa de acolhimento institucional não se prolongará por mais de 2 (dois) anos, salvo comprovada necessidade que atenda ao seu superior interesse, devidamente fundamentada pela autoridade judiciária.” Dentro desse período, o Estado é responsável por garantir que:

Artigo 94: As entidades que desenvolvem programas de internação têm as seguintes obrigações, entre outras: [...] II - não restringir nenhum direito que não tenha sido objeto de restrição na decisão de internação; [...] X - propiciar escolarização e profissionalização; (BRASIL, 1990. Lei Nº 8069, Estatuto da Criança e do Adolescente.)

É possível afirmar que é dever do Estado proporcionar abrigo a essas crianças e adolescentes, bem como garantir que elas tenham seus direitos preservados por lei e isso inclui que elas tenham seu direito de acesso à educação e profissionalização mesmo estando dentro das casas de acolhimento. Relacionando com o que diz Fonseca (2017) a respeito do papel do educador:

Destaca-se, assim, o papel do educador no desenvolvimento desses jovens, pois o mesmo tem a possibilidade de trabalhar não apenas o aprendizado cognitivo, mas também o afetivo, indispensável para que esses jovens possam aprender a superar as dificuldades que poderão enfrentar durante o seu percurso social. (FONSECA, 2017. p. 287).

Deste modo, podemos afirmar que a educação é primordial para o desenvolvimento dessas crianças e adolescentes que estão nessas casas de acolhimento, levando também em consideração as situações de vulnerabilidades na qual eles foram expostos. Entende-se, pois, que o papel do educador é fundamental durante o período que esses sujeitos estão internos nessas instituições, sejam elas governamentais ou não governamentais.

Dentro dessa conjuntura, esta pesquisa busca compreender os principais problemas que atingem a educação de crianças em situação de vulnerabilidade social e os impactos causados pela pandemia do COVID-19, elencando também as principais ações das instituições de ensino para alcançar essas crianças, sejam dentro das escolas ou nas casas de acolhimento, tivessem o acesso à educação garantido durante esse período de pandemia causada pela covid-19 e o isolamento social durante esse momento, entendo que todos temos o direito à uma educação pública de qualidade e que além disso ela precisa ser acessível à todos.

4. METODOLOGIA

Esta pesquisa tem uma abordagem qualitativa, que busca considerar a realidade dos sujeitos da pesquisa, assim como o contexto de mundo o qual estão inseridos e seus significados, levando em consideração o sujeito como alguém que pensa e interpreta a sua realidade. Como diz Minayo (2009):

Esse conjunto de fenômenos humanos é entendido aqui como parte da realidade social, pois o ser humano se distingue não só por agir, mas por pensar sobre o que faz e por interpretar suas ações dentro e a partir da realidade vivida e partilhada com seus semelhantes. (p. 21).

Para isso, serão utilizadas entrevistas do tipo em profundidade, que conforme STRAUSS; CORBIN (2010):

[...] “é necessário estruturar a questão de pesquisa de forma a garantir a flexibilidade e liberdade para explorar um fenômeno em profundidade. Além disso, na base desta técnica para pesquisa qualitativa está a suposição de que todos os conceitos pertencentes a um determinado fenômeno ainda não foram identificados, pelo menos não nesta população ou neste local.” (p. 51).

Assim, compreendemos que essa abordagem de pesquisa traz de forma mais ampla as vivências dos professores e professoras de uma escola da rede municipal de Caruaru-PE, que fica localizada na região periférica da cidade, para que assim seja possível identificar os processos realizados pela escola durante o ensino remoto e assim poder responder a questão norteadora desta pesquisa.

Esta pesquisa contou com 4 sujeitos participantes: 1 membro do Conselho Alimentar da Educação Municipal; 1 membro do Conselho da Educação Municipal; 1 membro da Defensoria Social e Direitos Humanos; e 1 Professora da rede municipal da educação. Os

sujeitos que fizeram parte desta pesquisa tiveram suas identificações preservadas, por isso iremos tratá-los por nomes fictícios de: membro do Conselho Alimentar da Educação Municipal será chamada de *Alice*; membro do Conselho da Educação Municipal de *Aria*; membro da Defensoria Social e Direitos Humanos de *Leia* e a Professora da rede municipal da educação será chamada de *Anastásia*.

E para analisar os dados desta pesquisa, utilizaremos a análise de conteúdo explorada por Bardin (2004), à qual tem como objetivo trabalhar, decodificar, as mensagens contidas nas palavras e compreender aquilo que está por trás delas. E para auxiliar melhor essa análise, foram utilizadas tabelas para melhor visualização dos resultados.

5. DISCUTINDO OS DADOS

Durante o processo das entrevistas, o objetivo foi responder o seguinte questionamento: Quais são os principais problemas que impactaram a educação de crianças em situação de vulnerabilidade social? E para responder esse questionamento foram elencados três objetivos específicos norteadores: 1. Indicar as ações adotadas para alcançar as crianças em vulnerabilidade social em meio ao contexto da pandemia; 2. Identificar os problemas enfrentados pelas crianças em situação de vulnerabilidade social; 3. Compreender os impactos causados pela pandemia do COVID-19 na educação. Tomando esses objetivos como ponto de partida, procuramos entender como a educação do município de Caruaru-PE planejou as ações para que os estudantes durante a pandemia continuassem tendo acesso a educação básica. Com isso, foram elaboradas tabelas que falam acerca dessas ações.

A primeira tabela vem discutir, com base nas falas das entrevistadas, qual o planejamento que foi feito pela educação municipal durante a pandemia. Sendo assim, iremos identificar como unidade de registro as participantes da entrevista da pesquisa, e como unidade de contexto falas das entrevistadas que nortearam a compreensão dos dados.

5.1 COMO FOI PENSADO E POSTO EM PRÁTICA O PLANEJAMENTO EDUCACIONAL DO MUNICÍPIO DURANTE A PANDEMIA?

Tabela 1

UNIDADE DE REGISTRO: Sujeito participante da pesquisa.	UNIDADE DE CONTEXTO: Planejamentos e ações
Alice	“Foi precária, foi frustrado o planejamento da prefeitura, se é que houve planejamento, porque eu sempre digo que não houve planejamento, parece que a prefeitura trabalha muito assim no improviso, no: ‘vamos testar pra ver se dá certo’”. “Então a gente ficava observando o portal do FNDE acompanhando pra ver se chegava alguma normativa, alguma atualização e de fato foi quando se foi publicado em 6 de abril que era permitido aos municípios distribuir a merenda para os estudantes em forma de kits ou cartão alimentação.”
Leia	“Que iam ter aulas através da TV Câmara, que era uma TV que estava disponibilizada para todos terem acesso. Agora vejamos, acesso a TV a gente tem quando a gente tem TV, acesso a internet para se matricular na plataforma x, y, z, como foi discriminado que tinha que se inscrever na plataforma para se cadastrar e tal.”
Aria	“O conselho tomou conhecimento dos processos adotados pela a rede para que as aulas gravadas chegassem as casas, né, seja pela via da Tv Câmara que foi utilizada nesse período, seja através dos grupos de whatsapp e também a busca ativa, houve um trabalho por parte da secretaria da educação na busca ativa das crianças que não compareciam.[...] Uma outra ação que a secretaria buscou ter foi distribuir as apostilas que eles prepararam, aí encaminharam para as escolas e as escolas obviamente dependiam das famílias para pegar este material.”

Anastasia	“No início da pandemia a prefeitura lançou um curso de google drive, para saber mexer no drive porque era tudo no drive, planejamento, frequência, gravar as aulas...”
-----------	--

Fonte: Dados extraídos das entrevistas gravadas

Como podemos perceber através dos dados que foram coletados, as ações tomadas pela rede municipal de educação em Caruaru-PE se relacionam com o que diz Gaiti (2020) sobre o ensino remoto, que atende as medidas propostas para que a educação básica adotasse ao ensino remoto durante esse período de pandemia, visto que foi decretado o fechamento das escolas. Mas mesmo com essas ações, os órgãos fiscalizadores e as escolas relatam que o planejamento foi muito precário, de forma que não conseguiu alcançar as crianças que estavam/ainda estão em situação de vulnerabilidades sociais, até mesmo com a distribuição dos kits alimentação, como relatado na fala de Alice, foi complicada de ser realizada por conta que o planejamento não estava 100% alinhado com as necessidades.

Gaiti (2020) diz que: *“Caminhos variados foram encontrados com a utilização de diversas plataformas educacionais, com utilização da internet, solução que se mostrou, na situação, acessível a muitas redes, escolas e seus estudantes, mas não para todos.”* (p. 32) É algo que também podemos notar nas falas dos sujeitos da pesquisa, pois foram utilizadas várias plataformas digitais, como grupos de *whatsapp*, canal de televisão e também através de material concreto, que nesse caso foram as apostilas confeccionadas pela secretaria de educação para assim alcançar as crianças e lhes proporcionar o acesso à educação, que como podemos ver no que diz Scaff; Souza; Bortot (2021) *apud* Dias e Pinto (2020):

destacam que o ensino remoto não pode ser considerado uma única alternativa, considerando as desigualdades socioeconômicas dos alunos que são niveladas nos ambientes escolares. Por isso, se o propósito “for investir apenas em ferramentas digitais, certamente, contribuiremos para uma piora na aprendizagem dos alunos a curto e a médio prazos”. (SCAFF; SOUZA; BORTOT. (2021), p. 12 *Apud* DIAS; PINTO, 2020, p. 546).

Deste modo, pode-se dizer que as apostilas que foram adotadas como material a ser entregue às crianças que não tinham a internet foi uma alternativa interessante, porém é necessário avaliar em que como elas estão sendo utilizadas, qual a medida utilizada para que este material chegasse aquelas crianças, como são dadas as orientações para o cumprimento

dessas atividades e se realmente a o seu objetivo foi atendido, que neste caso era o de alcançar a crianças que não tem acesso aos meios digitais. O que podemos perceber, os relatos nos ajudam a explicar é que a realidade vivenciada por professores e alunos: ampliaram-se as dificuldades, as vulnerabilidades e as exclusões, foram acentuadas durante a pandemia, tornando o período de quase total ausência da garantia de seus direitos, de desorganização estatal, desrespeito dos poderes públicos na garantia do direito à Educação.

Algo que é muito importante é pensar também na formação dos professores e prepará-los para manusear as plataformas digitais, e como podemos ver na fala de *Anastásia* foi possível realizar por através de formações continuadas e cursos a respeito das plataformas oferecidas pela prefeitura. Mas e os estudantes? É necessário também prepará-los para utilizar as plataformas digitais, é importante que se tenha uma educação tecnológica para essas crianças e jovens.

Assim, também se faz necessário pensar em como alcançar esses estudantes, pois como dizem os autores Junior e Monteiro (2020):

Por fim, considera-se que é preciso ter consciência das condições de acesso dos estudantes às tecnologias disponíveis e, principalmente à internet, para continuidade dos seus estudos de forma remota. Todo esse processo de integração das tecnologias digitais precisa garantir a participação de todos, de forma igualitária, para não gerar exclusão educacional. (JUNIOR; MONTEIRO, 2020. p. 13).

A exclusão digital é um grande desafio que necessita ser enfrentado para que a desigualdade social seja reduzida, e os filhos dos mais pobres tenham acesso com mais igualdade às oportunidades de trabalho, e as demais variadas formas de inclusão social.

5.2 ALGUMAS DIFICULDADES ENFRENTADAS NESSE PROCESSO

Na tabela 2, podemos perceber nas falas dos sujeitos da pesquisa várias dificuldades que surgiram durante esse período pandêmico. Identificamos dificuldades de acesso a internet, em relação ao acesso às apostilas que foram disponibilizadas, falta de apoio governamental e nos acessos à educação como um todo durante esse processo. Essas dificuldades não se limitam apenas às escolas, mas como traremos a seguir elas se estendem principalmente às crianças e jovens que estão dentro das casas de acolhimento institucional do município de Caruaru-PE.

Tabela 2

UNIDADE DE REGISTRO: Sujeito participante da pesquisa	UNIDADE DE CONTEXTO: Dificuldades enfrentadas pelas famílias dos estudantes e professores
Leia	“Manter as crianças em casa concentradas em um conteúdo que seja educativo foi uma missão praticamente impossível e que poucas pessoas conseguiram fazer de forma paliativa. Aqueles que tinham internet em casa eram minoria, aqueles que tiveram a internet em casa com o pai e a mãe em casa, foram uma minoria ainda, ainda menor, e aqueles que ainda conseguiam assistir aula com os professores no modo remoto, aí sim é que foram realmente o topo da pirâmide [...] 80% das crianças e jovens não tiveram como seguir os seus estudos.” “Nós não tivemos apoio do governo, infelizmente, pra ter essa estrutura mínima garantida e mais uma vez o governo desconstruiu a política de educação que já era doentia e ainda assim piorou a situação.” Sobre as casas de acolhimento: “Imagina isso dentro de uma casa de acolhimento onde a gente tem crianças de 0 a 17 anos e 11 meses, jovens, todas dividindo a mesma casa, uma televisão só, sem computador, porque o computador que tem na casa para o administrativo fazer os ofícios, emitir as ordens, emitir compra, para serviço administrativo da casa. [...] sem poder receber intervenção pedagógica nenhuma. [...] A Partir do momento que estão sob os cuidados do Estado, ninguém podia tá entrando lá dentro pra levar nada, não é assim. Então pra entrar um conteúdo, fazer uma intervenção pedagógica lá não foi possível.”
	“Um número muito pequeno de crianças tinham acesso às atividades que foram desenvolvidas em condições de extrema precariedade por parte da educação. [...] boa parte dos professores contratados foram dispensados dos contratos, então nós encontrávamos escolas com uma coordenadora pedagógica assistindo

Aria	5,6,9,10, até 10 turmas, disponibilizando vídeos para que as crianças vissem e isso bastava enquanto aula.” “Mas a gente não sabe em que condições essas atividades eram realizadas, a gente não pode garantir a produção dessas crianças porque não tinha participação, os professores não tinham uma participação mais direta nesse trabalho de orientação.”
Anastasia	“Foi um trabalho que já veio caminhando, vamos dizer de certa forma, porque em 2018 a prefeita Raquel Lyra tinha entregado notebook a cada professor, e por não saber mexer no computador, não ter feito o curso, agora na pandemia foi muito difícil para esses professores.” “No início foi bem complicado, foi bem difícil porque muitas crianças não tinham acesso a internet, muitas crianças só tinham acesso a dados móveis e dados móveis é bem pouquinho, e assim mesmo era um celular para 3 crianças ou 4 em séries diferentes, com professores diferentes.”

Fonte: Dados extraídos das entrevistas gravadas

É possível perceber que ao longo desses dois anos de ensino remoto, a maioria das crianças da Rede Pública Municipal, não tinha um pleno acesso às plataformas digitais, a internet, aquelas que tinham acesso precisavam dividir com os seus irmãos, isso quando tinha condições de assistirem às aulas. E para além disso, algo que também trouxe bastante dificuldade para a execução dessas atividades foi a formação dos pais, pois em algumas famílias os pais não sabiam ler e escrever, em outras eles precisavam sair para trabalhar e assim não conseguiam dar assistência na produção das atividades e nem podiam deixar o celular em casa.

Como traz a Declaração Universal dos Direitos Humanos em seu artigo 26: *“Toda a pessoa tem direito à educação. A educação deve ser gratuita, pelo menos a correspondente ao ensino elementar fundamental. O ensino elementar é obrigatório.”* e juntamente com o ECA no artigo 53 parágrafo I em que afirma que todas as crianças precisam ter igualdade ao acesso e a permanência na escola, que nos permite compreender que é dever do governo garantir as melhores condições de acesso à educação para essas crianças, uma vez que o

mesmo se comprometeu com essas exigências formais pela imposição da legislação, mas também pela importância ética e pelo compromisso político que deve nortear as gestões na garantia dos Direitos Humanos de crianças e adolescentes e todas as pessoas em situação de vulnerabilidade social. Em um importante estudo recente com educadores sobre a condição de crianças e adolescentes durante a pandemia, alguns resultados são importantes, pois se falamos das violações do Estado, também há outras formas de violações vivenciadas.

Os professores destacaram que as violências intrafamiliares contra crianças e adolescentes sempre ocorreram, mas devido a pandemia outros elementos se sobrepuseram àqueles já existentes – como o isolamento social, maior tempo de contato, dificuldades familiares e conflitos parentais: [...] se são famílias estruturadas, que têm uma relação de afeto, carinho e respeito, possivelmente, a situação de violência não aumentou, mas como sabemos que na realidade não funciona dessa forma pode ser que os casos de violência durante a pandemia podem ter aumentado, não só em relação as crianças, mas também em relação a casais, briga de marido e mulher que pode ter acarretado em violência doméstica (OLIVEIRA; SOUZA; SABINO; VICENTE; CARLOS; 2022, p.3)

Importante ressaltar que não cabe apenas crianças que estão dentro das escolas, mas também aquelas que estão nas casas de acolhimento, visto que também mediante a lei, os poderes governamentais se comprometem em assistir e assegurar a educação desses sujeitos.

5.3 E OS IMPACTOS GERADOS? PERMANECERÃO A LONGO PRAZO?

Por meio das descrições feitas pelas participantes da pesquisa, é possível perceber diversos impactos nesse período de pandemia que implicam diretamente na educação dessas crianças. Impactos que começam com os pais que perderam seus empregos e a situação que já não era fácil tornou-se ainda mais difícil, a falta de alimentação que atinge a aprendizagem dessas crianças, a falta de acesso a educação provocada pela falta de recursos das famílias, mas que também foram provocadas através de escolas que não cumpriam o prometido e a falta de assistência do poder público. Vejamos na tabela 3 alguns dados:

Tabela 3

UNIDADE DE REGISTRO: Sujeitos entrevistados na pesquisa.	UNIDADE DE CONTEXTO: Alguns impactos decorrentes das ações do governo municipal.
	“Desde quando a gente começou a atuar, eu

Alice Alice	enquanto professora na sala de aula, nós já percebemos que as crianças que tinham mais dificuldade em casa, no que diz respeito à pobreza, eram as crianças que tinham mais dificuldade na aprendizagem. A gente também observou essas questões sociais.” [...] “Aluno não se alimentou, eu digo sempre que pela estatura, aquele aluno mais franzino, que é o que a gente considera como desnutrição. Ele não consegue se concentrar, a gente percebia que é um aluno que tá sempre disperso. Não é um aluno ruim, ele não é um aluno bagunceiro, mas é um aluno que tem um baixo aprendizado”. Sobre as vulnerabilidades emergentes: A vulnerabilidade das famílias aumentou sim durante a pandemia, e eu digo isso por duas situações. A primeira é que as crianças e os pais tinham, em alguns casos e algumas famílias, tinham a escola como a principal fonte de alimentação. Isso é uma realidade em nosso município, pra mim a alimentação da escola é o principal. E a outra é que além de não ter a escola para ser a principal fonte de alimento dessas crianças ainda teve a questão dos empregos que caíram, principalmente aqueles que trabalhavam na área informal, que é uma realidade dos pais dos alunos das nossas escolas.
Leia	“Recebemos várias denúncias em relação às escolas que não estavam cumprindo com o prometido, por exemplo educação de Caruaru dizia que ia mandar pros jovens as atividades impressas e os carros iam levar nas casas as atividades para eles responderem, depois iriam buscar para os professores corrigirem e lançarem as notas.” Sobre as crianças nas casas de acolhimento: “Eles não tiveram acesso à educação, ao aprendizado, não tiveram como responder os impressos porque eles não sabiam, ou não sabem ainda, como não saberão por alguns anos ainda. Porque o que aconteceu foi o apartamento deles daquele contexto de aprendizado. [...] Houve um desmonte completo daquilo que já não estava tão bem, então a situação hoje, pedagogicamente falando é de um verdadeiro caos, onde o que nós temos é a

	esperança de poder retomar do zero.” “Não houve formação nenhuma, tem jovens que não sabem ler. [...] A prioridade é fazer esse levantamento, o que foi que eles estudaram? Aprenderam o que? O que foi feito com estas crianças?”
Aria	“Se o período de pandemia com as atividades remotas foi um impacto brutal para o processo de aprendizagem das crianças, você imagina quando a rede é precarizada nas condições que a rede municipal de Caruaru foi.”
Anastasia	Sobre o impacto positivo: “Eu acredito que sim, porque ela tentou chegar a todos. Porque foi feito de início um levantamento pra saber quem tinha acesso a internet, quem não tinha, foi enviado um formulário para os professores e para os pais preencherem. Foi feito um levantamento de dados, uma busca ativa e dessa forma foi pensado para chegar em todos, em todas as crianças.”

Fonte: Dados extraídos das entrevistas gravadas

Os três primeiros relatos se aproximam no que tange a demonstrar o vácuo da educação no período da pandemia. É importante pensar na educação para além de prédios, portas e janelas, mas com princípio e direito fundamental que precisa ser garantido a todos os seres humanos para que possamos sobreviver, evoluir, garantir direitos, essencial para a manutenção dos valores e transformação social. Se observarmos adequadamente os relatos, Anastasia nesse bloco minimiza os efeitos, valoriza os esforços através da busca ativa. No entanto, ainda não dispomos de dados factíveis que demonstrem os resultados práticos desses esforços.

As fragilidades/vulnerabilidades sociais foram atenuadas durante esse período de pandemia, bem como na educação, que acabaram por excluir essas crianças da educação mediante a ações que não atendiam às realidades delas. E como dizem as autoras SIERRA; MESQUITA (2006): “Tendo suas fragilidades acentuadas em razão das fortes pressões causadas pelos processos de exclusão sociocultural, as famílias piores situadas social e economicamente precisam contar com as ações das políticas de assistência social [...]” (p. 168).

No que diz respeito a impactos positivos, é preciso avaliar quem foram essas crianças que mesmo com todas essas dificuldades conseguiram se manter nas aulas remotas, qual o contexto que elas estão inseridas e como se deu a aprendizagem delas nesse processo.

O que foi possível detectar é que outras violações de direitos ficaram mais visíveis: O direito a uma alimentação adequada, ou segurança alimentar, na medida que quando estas crianças estão nas escolas esse direito é garantido pelo oferecimento da merenda escolar quando as crianças frequentam normalmente as escolas. Durante a pandemia este direito foi negado, a realidade é que as condições de miserabilidade se aprofundaram e o município não cumpriu adequadamente a garantia deste direito. Outro direito violado foi o de inclusão digital. As dificuldades apontadas em ter acesso a internet, aos equipamentos eletrônicos, em que muitas crianças e adolescentes não puderam acompanhar as aulas por ter que dividir equipamento com os pais, com os irmãos, como também a inexistência destes equipamentos ou de wifi nas residências.

esses impactos negativos não serão resolvidos de um dia para o outro, eles causaram danos a educação e a aprendizagem dessas crianças que levaram bastante tempo para que possam ser minimizados, mas é um longo caminho a percorrer, pois segundo SENHORAS (2020):

Os impactos intertemporais da pandemia da COVID-19 sobre a educação são preocupantes pois reproduzem de modo ampliado assimetrias previamente existentes nas sociedades, de modo que os atores econômicos privilegiados e com amplo acesso ao ensino privado e às Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) conseguem minimizar os efeitos pandêmicos no curto prazo por meio da continuidade educacional via EAD em contraposição a atores econômicos mais vulneráveis. (SENHORAS, 2020. p. 134)

Dessa forma, é importante que daqui para frente sejam traçadas novas estratégias para que esses impactos venham diminuindo com o tempo.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

É inegável os inúmeros e terríveis impactos causados pelo COVID-19 e a pandemia que desencadeou mortes em todo planeta e teve impactos terríveis em todos os setores da sociedade em níveis planetários. A experiência de termos vivenciado esta pandemia marcará a todos nós eternamente, vivenciamos a primeira crise humanitária do século XXI e no

momento que concluo este artigo os jornais noticiam que os E. U. A chegaram ao número de um milhão de mortes. Sobreviver a esta pandemia é um privilégio, mas não podemos nos furtar a necessidade de debater os terríveis impactos desta crise sobre as economias, a educação, o sistema de saúde, o negacionismo e as vacinas que salvaram muitas vidas, e que também foram objetos de manipulação de interesses de governos corruptos e sem compromisso social. Dessa crise humanitária em que morreram pobres e ricos, as mazelas sociais recaíram principalmente sobre as populações mais pobres que tiveram ampliada sua situação de pobreza e desigualdade.

É nesse cenário de impacto dessa pandemia que desenvolvi este estudo, ainda vivenciamos em todos os setores da sociedade as consequências da crise humanitária que somada a retirada parcial das máscaras, do retorno à vida cotidiana, as escolas públicas estão lotadas de professores e alunos que voltam a vida cotidiana sem apoio psicológico, sem curar feridas e cicatrizes pelas perdas de vidas, de empregos na família, do abandono e das incertezas.

Durante o processo de realização da pesquisa, foi possível perceber que no município de Caruaru-PE as ações que foram planejadas não foram acessíveis para as crianças que estão em situação de vulnerabilidade social que estão inseridas no sistema educacional, e para além das crianças que estão nas escolas, essa falta de acesso se estende às crianças e jovens que estão dentro das casas de acolhimento institucional.

Dentro desses dois anos em que as escolas estiveram fechadas, essas crianças ficaram quase sem nenhum tipo de acompanhamento, visto que elas não tinham condições de ter contato com os professores para que pudessem direcionar as atividades, pois em muitas famílias os pais não tinham condições de fazer esse acompanhamento. Já aquelas crianças que estavam nas casas de acolhimento, essas ficaram sem nenhum tipo de acompanhamento pedagógico, visto que os profissionais não poderiam ir até as casas em função do distanciamento social.

É possível compreender que ocorre uma imensa ausência de empatia do poder público municipal em relação à situação vivenciada por crianças e adolescentes que estão no sistema de ensino. Não há uma perspectiva filosófica clara, um modelo de gestão baseada em princípios educativos, mas meramente técnicos, o que pode ser observado numa série de ações tomadas pelo poder público, denunciadas pela imprensa através das convocações realizadas pelo Ministério público para esclarecimentos, situações que nos deixaram a impressão de que

quem deveria assistir esses estudantes da melhor forma possível, ao invés de incluir essas crianças e oportunizar uma educação de qualidade, acabou excluindo-as e precarizando ainda mais a educação municipal, as ações foram improvisadas, desarticuladas sem respeitar as organizações dos professores, ou Conselhos Municipais que foram segregados de participação direta das decisões.

Como ainda estamos atravessando o que esperamos que seja o final da pandemia, muitos dados dessa realidade ainda estão sendo produzidos, muitas pesquisas estão sendo iniciadas e ainda é cedo para que possamos medir o impacto da pandemia nas garantias de direitos humanos. Sabemos dos limites enfrentados nesse trabalho, mas trazer algumas perspectivas de profissionais que vivenciaram de perto esta realidade nos ajuda a entender o quanto o problema é bem mais complexo do que poderíamos imaginar. É preciso reconhecer o privilégio de estar vivo, sem perder de vista que é preciso encontrar alternativas para recuperar os problemas de aprendizagens que estes estudantes terão em um futuro próximo. Com todos esses impactos negativos que surgiram na educação dessas crianças em situação de vulnerabilidade social, vemos que o próximo passo a ser tomado é recomeçar do zero fazendo um levantamento daquelas que por algum motivo abandonaram as escolas ou se evadiram durante esse período pandêmico, fazer um mapeamento de como está a situação da aprendizagem dessas crianças, fazer e montar um planejamento pedagógico que busque minimizar os impactos que foram causados e fazer com que essas crianças possam ter acesso a uma educação pública de qualidade. Porém, é preciso questionar em que medida gestões autoritárias e sem compromisso social e político com os mais pobres estarão dispostas a enfrentar os desafios desse cenário pós-pandemia? Essa é uma outra questão para outra pesquisa, mas que posteriormente buscaremos responder.

7.REFERÊNCIAS

- ARENDT, H. **Entre o Passado e o Futuro**. Perspectiva: SP, 1994.
- BARDIN, L. **Análise De Conteúdo**. Lisboa: Edições 70. Lisboa: 2004.
- BRASIL. LEI 8.069 ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE. Brasília, 1990.
- BRASIL. Diretrizes Para Orientar as Escolas da Educação Básica e Instituições de Ensino Superior. MEC/CNE. 28 de Abril de 2020.

BRASIL. Resolução CNE/CP. De 02 de agosto de 2021. Institui Diretrizes Nacionais Orientadoras Para a Implementação de Medidas no Retorno a Presencialidade das Atividades de Ensino e Aprendizagem e Para a Regulamentação do Calendário Escolar.

BRASIL. Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes, Convivência Social e Comunitária. Mds.gov. Brasília, 2004

FONSECA, Patrícia Nunes da. O Impacto Do Acolhimento Institucional Na Vida De Adolescentes. In: **Rev. Psicopedagogia** 2017; 34(105): 285-96. Acesso em: 03/05/2022. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-84862017000300006

GATTI; Bernardete A. Possível Reconfiguração Dos Modelos Educacionais Pós-Pandemia. In: **Estudos Avançados** 34 (100), 2020.

OLIVEIRA APF, SOUZA MS, SABINO FHO, VICENTE AR, CARLOS DM. Violência contra crianças e adolescentes e pandemia – Contexto e possibilidades para profissionais da educação. **Revista Esc Anna Nery**, 2022; 26 (spe): e20210250

SARTI, Flavia Medeiros. O Professor E As Mil Maneiras De Fazer No Cotidiano Escolar. In: **Educação: Teoria e Prática** - v. 18, n.30, jan.-jun.-2008.

SANTOS JUNIOR, Verissimo Barros dos; MONTEIRO, Jean Carlos da Silva. Educação E Covid-19: As Tecnologias Digitais Mediando A Aprendizagem Em Tempos De Pandemia. In: **Revista Encantar - Educação, Cultura e Sociedade** - Bom Jesus da Lapa, v. 2, p. 01-15, jan./dez. 2020.

SCAFF; Elisângela A. da Silva, SOUZA; Kellcia Rezende, BORTOT; Camila Maria. Covid-19 E Educação Pública No Brasil: Efeitos E Opções Políticas Em Contexto De Vulnerabilidade Social. In: **Revista de Estudios Teóricos y Epistemológicos en Política Educativa**, v. 6, e2118357, p. 1-19, 2021.

SENHORAS, Elói Martins. Coronavírus E Educação: Análise Dos Impactos Assimétricos. In: **BOLETIM DE CONJUNTURA (BOCA)** ano II, vol. 2, n. 5, Boa Vista, 2020.

SIERRA, Vânia Morales; MESQUITA, Wania Amélia. Vulnerabilidades E Fatores De Risco Na Vida De Crianças E Adolescentes. São Paulo. In: **Perspectiva**, v. 20, n. 1, p. 148-155, jan./mar. 2006.

STRAUSS, A. Corbin, J. Pesquisa Qualitativa: Técnicas E Procedimentos Para O Desenvolvimento Da Teoria Fundamentada. 2ª ed. Porto Alegre: In: **Artmed**, 2008.

WINTER; Ana Cristina, MENEGOTTO; Lisiane Machado de O, ZUCCHETTI; Dinora Tereza. Vulnerabilidade Social E Educação: Uma Reflexão Na Perspectiva Da Importância Da Intersetorialidade. In: **Conhecimento & Diversidade**, Niterói, v. 11, n. 25, p. 165 – 183

**“A EDUCAÇÃO DE CRIANÇAS EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE
SOCIAL NO CONTEXTO DE PANDEMIA DA COVID-19”.**

MYLENA SIQUEIRA TORRES SILVA

Trabalho de Conclusão de Curso submetido ao Corpo Docente do Curso de PEDAGOGIA – Licenciatura do Centro Acadêmico do Agreste da Universidade Federal de Pernambuco, **APROVADO** em 19 de maio de 2022.

Banca Examinadora:

Profa. Dra. Ana Maria de Barros
(orientadora)

Profa. Dra. Ana Maria Tavares Duarte
(Examinadora interna)

Profa. Ms. Elizabete Cristina Rabelo de Araújo
(Examinadora externa)